

Em homenagem a Carlos Alberto Carmona

Convenção de arbitragem
e processo arbitral

Luis Fernando Guerrero

3ª Edição – Revista & Atualizada

Capa: Leandro Guerra

Composição; Set-up Time Artes Gráficas

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guerrero, Luis Fernando

Convenção de arbitragem e processo arbitral / Luis Fernando Guerrero – São Paulo: Atlas, 2009. – (coleção de arbitragem / coordenação Carlos Alberto Carmona)

Bibliografia

ISBN 9798607643065

1. Arbitragem (Direito) – Brasil 2. Arbitragem (Direito) _ Leis e legislação – Brasil 3 Processo Civil – Brasil I. Carmona, Carlos Alberto. II. Título

0-00619

CDU-347.918(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Arbitragem e processo: Direito processual civil
347.918(81)

TODOS O DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autos (Lei ° 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na biblioteca Nacional conforme Decreto n° 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil.

Sumário

Apresentação.....	X
Prefácio.....	XII
Introdução.....	1
01. Convenção de arbitragem.....	5
1.1 Conceito de convenção de arbitragem.....	5
1.2 Natureza jurídica da convenção de arbitragem.....	10
1.3 As espécies da convenção de arbitragem.....	15
1.3.1 Cláusula compromissória.....	15
1.3.1.1 Cláusula compromissória e os contratos de adesão.....	16
1.3.1.2 Autonomia da cláusula compromissória.....	18
1.3.2 Compromisso arbitral.....	22
1.3.2.1 Elementos obrigatórios e facultativos do compromisso arbitral.....	22
1.4 Formação da convenção de arbitragem.....	31
1.4.1 A liberdade como pressuposto do consentimento.....	31
1.4.2 Vícios do consentimento e a declaração de vontade para arbitrar..	35
1.4.3 Princípios aplicáveis à arbitragem – fundamentos para a elaboração da convenção de arbitragem.....	39
1.4.4 Objeto lícito, possível e determinado ou determinável – arbitrabilidade objetiva.....	46
1.4.5 Agente capaz – arbitrabilidade subjetiva.....	54
1.4.6 Forma prescrita ou não defesa em lei.....	56
1.4.7 A formação dos contratos por correspondência: os contratos eletrônicos – a anuência via internet e seus reflexos na arbitragem.....	61
1.5 Questões específicas sobre a estrutura e os limites da convenção de arbitragem.....	65
1.5.1 Relações societárias.....	65
1.5.2 Acordo de acionistas e cotistas – a vinculação da sociedade.....	77
1.5.3 Recuperação de empresas, falência e liquidações extrajudiciais.....	83
1.5.4 Relações de consumo e Relações Individuais do Trabalho.....	88
1.5.5 Direitos coletivos.....	111
1.5.6 A administração pública.....	119
1.6 Convenção de arbitragem e a precisão do consentimento.....	132
1.6.1 Convenção de arbitragem patológica – cláusulas brancas ou vazias.....	132
1.6.2 Convenção de arbitragem combinada.....	134

02. Efeitos da convenção de arbitragem.....	137
2.1 Efeitos positivo e vinculante da convenção de arbitragem.....	137
2.2 Efeitos negativo da convenção de arbitragem.....	141
2.3 Efeito suspensivo convenção de arbitragem escalonada.....	147
03. Transmissão, extensão e extinção da convenção de arbitragem.....	148
3.1 Transmissão e extensão da convenção de arbitragem.....	148
3.1.1 Grupo de sociedades.....	149
3.1.2 Grupo de contratos.....	153
3.1.3 Cessão de posição contratual.....	157
3.1.4 Intervenções na arbitragem.....	161
3.1.5 Convenção de arbitragem por referência.....	164
3.2 Extinção da convenção de arbitragem.....	167
3.2.1 Extinção decorrente do contrato principal.....	167
3.2.2 Extinção própria da convenção de arbitragem e situações de subsistência da cláusula compromissória e extinção do compromisso (art. 12 da Lei de Arbitragem).....	170
04. Conclusões.....	174
Bibliografia.....	181